

*Ata da 106ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 02 de dezembro de 2014*

Presidência do Senhor Deputado Adolfo Menezes, *ad hoc*. À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luíza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto, Zé Raimundo (60). Havendo *quorum* regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, tempo em que convocou uma Sessão Extraordinária para um minuto após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei 29.933/2014 e o Requerimento de Urgência nº 8.231/2014 para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.007/2014, de autoria do Poder Executivo, que “Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”. PEQUENO EXPEDIENTE – Expediente despachado pela presidência: ofícios dos Deputados Rogério Andrade e Ronaldo Carletto, nos quais justificaram as ausências que tiveram em sessões plenárias. Oradores inscritos - A Deputada Maria Luiza Laudano, conclamando os pares a votar os projetos em pauta, solicitou que fossem dispensadas as formalidades regimentais para acelerar a tramitação do Projeto de Lei 20.926 e do Projeto de Lei do Detran. Finalizou homenageando os Conselheiros da Corte de Contas dos Municípios e os bons Prefeitos do Estado da Bahia. O Deputado Carlos Brasileiro falou sobre a possibilidade das Lideranças fazerem um acordo para viabilizar a aprovação dos projetos constantes da pauta. Revelou nuances da reunião que tivera com o Governador eleito Rui Costa, enumerando as diversas semelhanças entre o governo que exercera quando Prefeito e as propostas anunciadas pelo novo gestor estadual. Terminou a fala elencando algumas das novas Secretarias de Estado e os benefícios que advirão desse modelo administrativo. A Deputada Luiza Maia parabenizou o Governador eleito Rui Costa por ter a “coragem” de enfrentar as dificuldades encontradas no Estado

da Bahia com a aplicação de uma nova metodologia administrativa. Declarou que é favorável ao retorno da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), por ser um “imposto dos ricos”. Encerrou colocando-se à disposição do Governo Estadual para ajudar na aprovação das reformas e encampar a luta contra a violência submetida às mulheres. O Deputado Álvaro Gomes felicitou o Governador eleito pelas inovadoras metodologias que contribuirão para a eficiência administrativa, com reflexo em diversas áreas da gestão estadual. Solicitou que fosse inserido nos Anais a matéria veiculada no jornal *O Bancário*, alusiva às bodas de prata da categoria. O Deputado Gaban, comentando sobre a reforma administrativa proposta pelo Governo Estadual, considerou-a “frustrante” face à superficialidade das mudanças apresentadas, ao tempo em que teceu comentários sobre gestão pública, sugerindo uma normatização de conduta na área técnica. Lembrou atos, “equivocados”, do atual Governador e encerrou o pronunciamento. O Deputado Adolfo Menezes, discordando do orador que o antecedeu, fez referências elogiosas ao Governador Jaques Wagner e ao futuro Governador Rui Costa. Teceu considerações sobre as condições financeiras do Estado e disse que a reforma administrativa é necessária e plenamente justificável. O Deputado Zé Raimundo informou que planeja discutir, em tempo propício, o projeto de reorganização administrativa da Bahia. Alertou que, embora com avanços, a gestão na Bahia mantinha uma estrutura antiga com carência de modernidade e boas práticas. Encerrou afirmando que as reformas devem atingir esferas mais sensíveis e carentes. A Deputada Fátima Nunes parabenizou o Governador eleito Rui Costa e lembrou que o novo gestor prenuncia um legado de austeridade e competência na causa pública. Apresentou condolências à família do Dr. José Carlos, brutalmente assassinado e finalizou cobrando ações enérgicas na esfera da segurança pública. GRANDE EXPEDIENTE – O Deputado Carlos Geilson, baseando-se no pronunciamento da Deputada Luiza Maia, considerou um “absurdo” alguém defender a volta da CPMF e disse que o desequilíbrio econômico no governo, é fruto da “incompetência” administrativa e da “falta de zelo” com a causa pública. Afirmou que o Governador Rui Costa começa com propostas administrativas equivocadas e que, ao contrário do que afirma alguns, “não é só rico que possui conta em banco”. Considerou que o povo já se encontra “escorchado” e que não suporta mais a criação de impostos. Assumiu que votará favoravelmente à reforma administrativa proposta pelo Governador Rui Costa e lembrou que o pedágio será majorado mais uma vez. Por fim, falando de Feira de Santana, lembrou que existe um descaso flagrante na gestão federal no município. Horário do PDT/PCdoB – O Deputado Álvaro Gomes comunicou que a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público não possui pendências e que todos os projetos listados para votação, no âmbito da Comissão, teve o curso administrativo concluído. Fez um relato dos projetos, com uma síntese deste. Horário do PMDB/PR – O Deputado Gaban, analisando aspectos da reforma administrativa proposta pelo Governador da Bahia, considerou uma ação “tímida” e firmou posição contrária à extinção do Departamento de Infraestrutura de Transportes da

Bahia (DERBA) por considerar o órgão de importância ímpar na fiscalização de obras e empresas ligadas a obras estruturantes. Afirmou que a gestão pública é fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo, com ênfase na educação e saúde. Asseverou que não é contrário ao Bolsa Família, todavia, deseja que o beneficiado esteja vinculado a um curso profissionalizante. Encerrou afirmando que os Governos, nas diversas esferas, devem priorizar o povo brasileiro.

Horário do PT – O Deputado Rosemberg Pinto, afirmando que a gestão se tornou o principal mote na administração estadual, com repercussão direta na vida dos cidadãos. Registrou contentamento por ter sido arquivado um processo que respondia por possíveis irregularidades junto à Petrobras, afirmando que está reconfortado e com pleno sentimento de justiça. Repercutiu afirmações do Deputado Marcelo Nilo a respeito das chances ínfimas de se sagrar Presidente do Poder Legislativo, argumentando que considera o episódio relegado ao passado e sem importância. Finalizou recitando artigos constitucionais, que vedam a recondução à Presidência por mais de uma vez.

ORDEM DO DIA – Submetido à discussão única e votação, com dispensa de formalidades, foi aprovado o Projeto de Lei nº 20.933/2014, que “Dispõe sobre a atividade de Despachantes Documentalistas junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, cria o seu Cadastro, e dá outras providências”; o Deputado Gaban apresentou voto em separado aos Incisos I, II e III do Artigo 2º e o Deputado Carlos Geilson relatou a matéria, favoravelmente, no âmbito das Comissões conjuntas. O Requerimento de Urgência, de autoria do Deputado Zé Neto, para tramitação do Projeto de Lei 21.007/2014, oriundo do Poder Executivo, foi aprovado contra os votos dos Deputados Gaban, Paulo Azi, Carlos Geilson, Leur Lomanto Júnior, Elmar Nascimento, Augusto Castro e Adolfo Viana. Submetido à primeira discussão e votação, foi aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei 20.926/2014, de procedência do Tribunal de Contas dos Municípios, que “Dispõe sobre a estrutura técnico administrativa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, modifica o quadro de pessoal e o sistema de remuneração, estabelece normas sobre o processo eletrônico, altera dispositivos da Lei nº 12.207, de 14 de abril de 2011, relativa ao Ministério Público Especial de Contas, e dá outras providências”. O Sr. Presidente convocou uma Sessão Extraordinária para dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar em segunda discussão o Projeto de Lei nº 20.926/2014 e encerrou a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Deputados: Herbert Barbosa, Kelly Magalhães, Mário Negromonte Júnior (03).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -